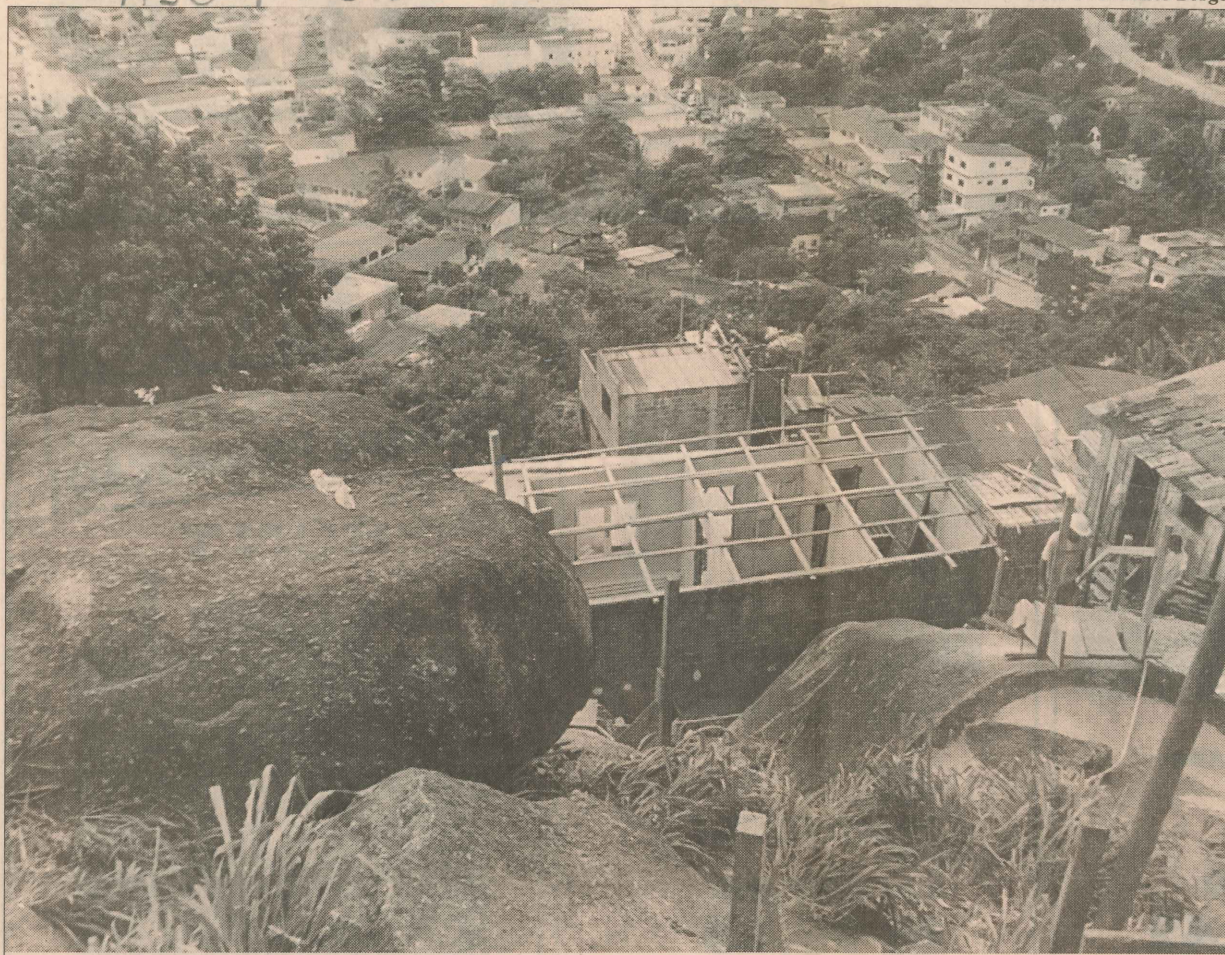


# Devastação e ocupação de morros causam tragédias

ASO7601

Foto de Evaristo Borges

A devastação de matas ciliares - que acabam provocando o assoreamento dos rios - e a falta de planejamento e fiscalização das prefeituras - que acabam permitindo a construção de moradias em morros e muito próximas às margens dos rios - são os responsáveis pelas tragédias que sempre acontecem no verão, quando chuvas fortes arrastam tudo que encontram pela frente, causam mortes e prejuízos de toda ordem. A solução para o problema é recuperar os recursos hídricos, e isso custa muito dinheiro. Segundo Vinícius de Sá e Benevides, coordenador geral de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Recursos Naturais (Dnae), para recuperar o maior rio que corta o Espírito Santo - o Rio Doce - são necessários US\$ 2,2 bilhões e as ações demandariam cerca de 15 anos. Existe um trabalho nesse sentido, mas que depende de aprovação do Congresso Nacional. Qualquer que seja a saída, uma coisa é certa: somente a conscientização das comunidades pode garantir ações que, se não evitarem, pelo menos vão amenizar as consequências de chuvas fortes, como as que quase destruíram a cidade de Alegre, no Sul do Estado.



Ações da Prefeitura e Defesa Civil tentam coibir a ocupação desordenada dos morros e encostas de Vitória

A solução dos problemas que causam enchentes, como as que atingiram recentemente 11 municípios do Sul do Estado, em especial Alegre e Cachoeiro, depende da recuperação de recursos hídricos. Essa recuperação, segundo o Coordenador Geral de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Água e Recursos Naturais (Dnae), Vinícius de Sá e Benevides, depende de muito dinheiro.

Para conseguir recursos e tentar resolver os problemas, pelo menos dos rios federais (que cortam mais de um Estado), o Governo Federal aposta na aprovação do projeto de lei 2249/91, que está no Congresso Nacional. A proposta de legislação cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos, com base no usuário-pagador - quem usufrui pagando impostos para manter os rios, o que já é legislação em alguns países do Primeiro Mundo.

No caso do Espírito Santo, o coordenador disse que apenas o Rio Doce pode ser considerado um rio federal, porque também atinge municípios em Minas Gerais. Numa primeira tentativa de recuperar a bacia do Rio Doce, o Dnae trabalhou junto com os governos dos dois Estados, fez um diagnóstico dos riscos das enchentes até a influência do lançamento do esgoto industrial, e fechou os estudos com um orçamento assustador: recuperar o maior rio que corta o Espírito Santo custaria US\$ 2,2 bilhões e o trabalho levaria cerca de 15 anos.

O trabalho, neste momento, está parado e Vinícius Benevides acredita que ele possa ser retomado com a formação de comitês para a recuperação das grandes bacias e a partir da aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei 2249/91.

Os problemas de recuperação das bacias dos rios estaduais dependerão de trabalhos de cada governo estadual, segundo o coordenador do Dnae. Ele atribui à falta de planejamento os problemas de enchentes enfrentados pela maioria das cidades brasileiras. "O que era um fenômeno benéfico começou a ser prejudicial. Os rios encham no mundo inteiro, mas muitos locais estão preparados para isso e até aproveitam esse fenômeno", disse Vinícius.

## Obras evitam deslizamentos

As fortes chuvas de verão não assustaram apenas as cidades do Sul do Estado. Em Vitória, em pelo menos oito morros ocorreram deslizamentos e a Prefeitura foi obrigada a iniciar obras de urgência de contenção de encostas. Apesar dos trabalhos de mapeamento dos pontos mais críticos, ainda em andamento, e de algumas obras de contenção, de médio e grande portes, já executadas, os riscos de acidentes, no caso de novas chuvas, são grandes.

A situação é mais crítica pela ocupação desordenada e pela falta de espaços na cidade. A população, mesmo sabendo dos riscos que corre, prefere não abandonar suas casas, às vezes nas regiões mais altas e perigosas. A secretária municipal de Obras, Marilza Barbosa, admite que a fiscalização não tem como acompanhar as construções irregulares por todos os morros da Capital.

Além das muitas obras de contenção, indicadas pelo processo de mapeamento de riscos, que vem sendo executado também através de técnicos da Geo-Rio (- uma empresa da Prefeitura do Rio de Janeiro) e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Defesa Civil Municipal investe no trabalho de conscientização.

"O pior é que em Vitória não existe área de crescimento. Você chega no morro, fala que o cara corre risco e ele pergunta para onde vai. Temos que atacar nos trabalhos de prevenção e educação", explica o coordenador da Defesa civil Municipal, Francisco Ramaldes.

## Responsabilidade

Segundo Ramaldes, o morador também precisa ser responsabilizado pelos escavação indevida, por jogar lixo nos morros (com as chuvas, o lixo fica mais pesado e contribui para o processo de ero-

são) e pelo desmatamento (a vegetação ajuda a conter a erosão).

Os moradores nem sempre colaboram e por isso a PMV vem tentando criar núcleos de Defesa Civil nas comunidades que correm maior risco, o que ajudaria no trabalho de conscientização. São feitos treinamentos, sob como proceder nos momentos mais críticos e distribuídas cartilhas para as escolas da rede municipal, sobre comportamento preventivo.

O risco de desmoronamentos, com chuvas fortes, existe em todos os morros de Vitória, de acordo com Ramaldes. Todos os morros são acompanhados pela PMV, garante ele, e os problemas se resumem, na base, à ocupação desordenada do solo.

A secretária municipal de Obras, Marilza Barbosa, disse que 12 obras de contenção já foram concluídas e 21 estão em execução. Outras 12 estão previstas para iniciar nos próximos dias. Entre as obras já concluídas, em execução a serem executadas, a PMV vai investir R\$ 4,5 milhões. Ela explica que as situações de emergência dispensam processos de licitação.

As últimas chuvas fortes que castigaram Vitória, no mês de novembro e dezembro, provocaram desmoronamentos e perdas materiais nos morros do Horto (também conhecido como Floresta), São Benedito, Jesus de Nazareth, Ilha das Caieiras, Comdusa, Resistência e Rio Branco, além da Rua Alziro Viana, no centro da cidade.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) tem um programa de reflorestamento dos morros de Vitória, o que, a longo prazo, pode ajudar a conter os deslizamentos de terra. O projeto foi iniciado em novembro com o plantio de 1.975 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica e prevê, no total, mais 22 mil mudas, em 13 regiões da Capital.

Foto de César Inácio Nunes

## Associação defende reflorestamento

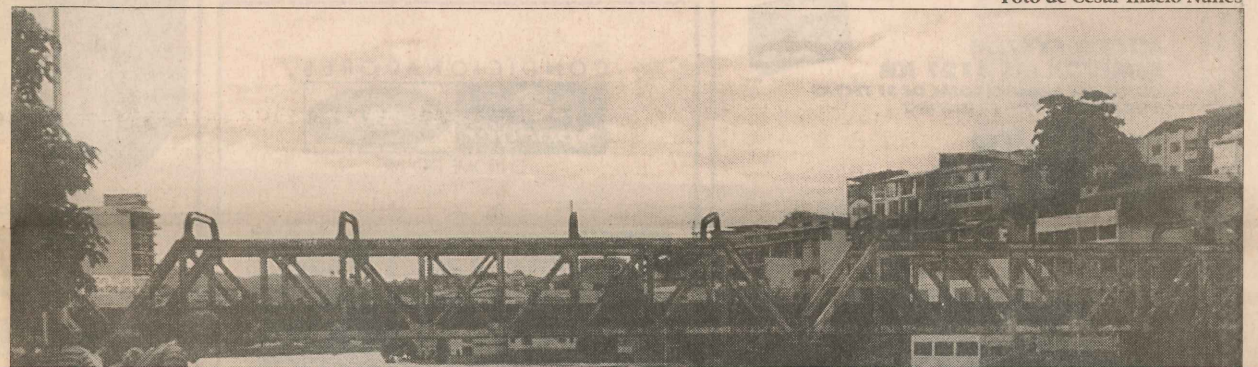
Cachoeiro (Sucursal) - A casa sendo inundada pelas águas do Rio Itapemirim e o corre-corre para tentar salvar, primeiro as quatro crianças, depois os poucos móveis, ainda são lembranças marcantes na vida da faxineira Lúcia Silveira Santos, 35 anos, moradora do Bairro Valão. Assim como dezenas de outras pessoas, residentes

ca risco de novas cheias.

Nos últimos 20 anos, a bacia do Rio Itapemirim perdeu mais de 50% de sua cobertura vegetal. Com uma área total de 680 mil hectares, e 14 municípios, a bacia tem hoje cerca de 50 mil hectares de cobertura. "Se tivéssemos pelo menos 150 mil hectares de cobertura vegetal, o impacto das chuvas fortes seria menor",

dos pela ocupação de áreas ribeirinhas e de encostas.

O PDU, por enquanto, ainda é projeto. Deverá ser votado na Câmara em fevereiro para entrar em vigor ainda este ano. Na avaliação de Dilem, a ausência de um PDU fez com que a cidade crescesse de forma desordenada, acumulando uma série de problemas de ocupação do solo. "O



# Associação defende reflorestamento

Cachoeiro (Sucursal) – A casa sendo inundada pelas águas do Rio Itapemirim e o corre-corre para tentar salvar, primeiro as quatro crianças, depois os poucos móveis, ainda são lembranças marcantes na vida da faxineira Lúcia Silveira Santos, 35 anos, moradora do Bairro Valão. Assim como dezenas de outras pessoas, residentes em bairros como Ilha da Luz, Baiminas e Coronel Borges, ela teve a casa alagada durante a última enchente, na virada do ano.

Sem ter outro lugar para morar, os moradores das áreas ribeirinhas convivem diariamente com o risco de novas cheias, enquanto aguardam providências das autoridades, visando minimizar os problemas causados pela enchente. Ao longo do perímetro urbano de Cachoeiro, as margens do Rio Itapemirim foram invadidas por construções que em alguns pontos chegam a avançar leito adentro. A ocupação desordenada do solo urbano, somada ao processo de assoreamento do manancial, signifi-

ca risco de novas cheias.

Nos últimos 20 anos, a bacia do Rio Itapemirim perdeu mais de 50% de sua cobertura vegetal. Com uma área total de 680 mil hectares, e 14 municípios, a bacia tem hoje cerca de 50 mil hectares de cobertura. “Se tivéssemos pelo menos 150 mil hectares de cobertura vegetal, o impacto das chuvas fortes seria menor”, comentou o vice-presidente da Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Abri), Fábio Correia Gonçalves. O desmatamento, segundo frisou, é responsável direto pelo assoreamento do rio, navegável até as primeiras décadas deste século.

Gonçalves defende a necessidade urgente de um programa agressivo de reflorestamento na região, além da criação de mecanismos legais para disciplinar o crescimento da cidade, evitando assim a ocupação de áreas de risco. O secretário municipal de Planejamento, Adilson Dillen, admite que a situação é crítica e aposta no Plano Diretor Urbano (PDU) como alternativa para evitar o agravamento dos problemas causa-

dos pela ocupação de áreas ribeirinhas e de encostas.

O PDU, por enquanto, ainda é projeto. Deverá ser votado na Câmara em fevereiro para entrar em vigor ainda este ano. Na avaliação de Dillen, a ausência de um PDU fez com que a cidade crescesse de forma desordenada, acumulando uma série de problemas de ocupação do solo. “O plano vai disciplinar o crescimento e permitir um controle maior das edificações, cuja legislação atual é falha”, enfatizou. O projeto prevê, por exemplo, a proibição de edificações em áreas com declividade igual ou superior a 30%.

Quanto às margens do Rio Itapemirim e demais córregos, será obrigatória a reserva de uma distância mínima de 15 metros em áreas ainda não ocupadas. No Centro, do Valão até o Baiminas, esse limite será de 1,5 metro. Dillen adiantou também que será elaborado um novo Código de Obras que estará em vigor até junho. “Será possível um acompanhamento mais minucioso das construções”, frisou.

## Moradores resistem a mudança

Foto de Evaristo Borges



Isabel Falcão só pensa em voltar

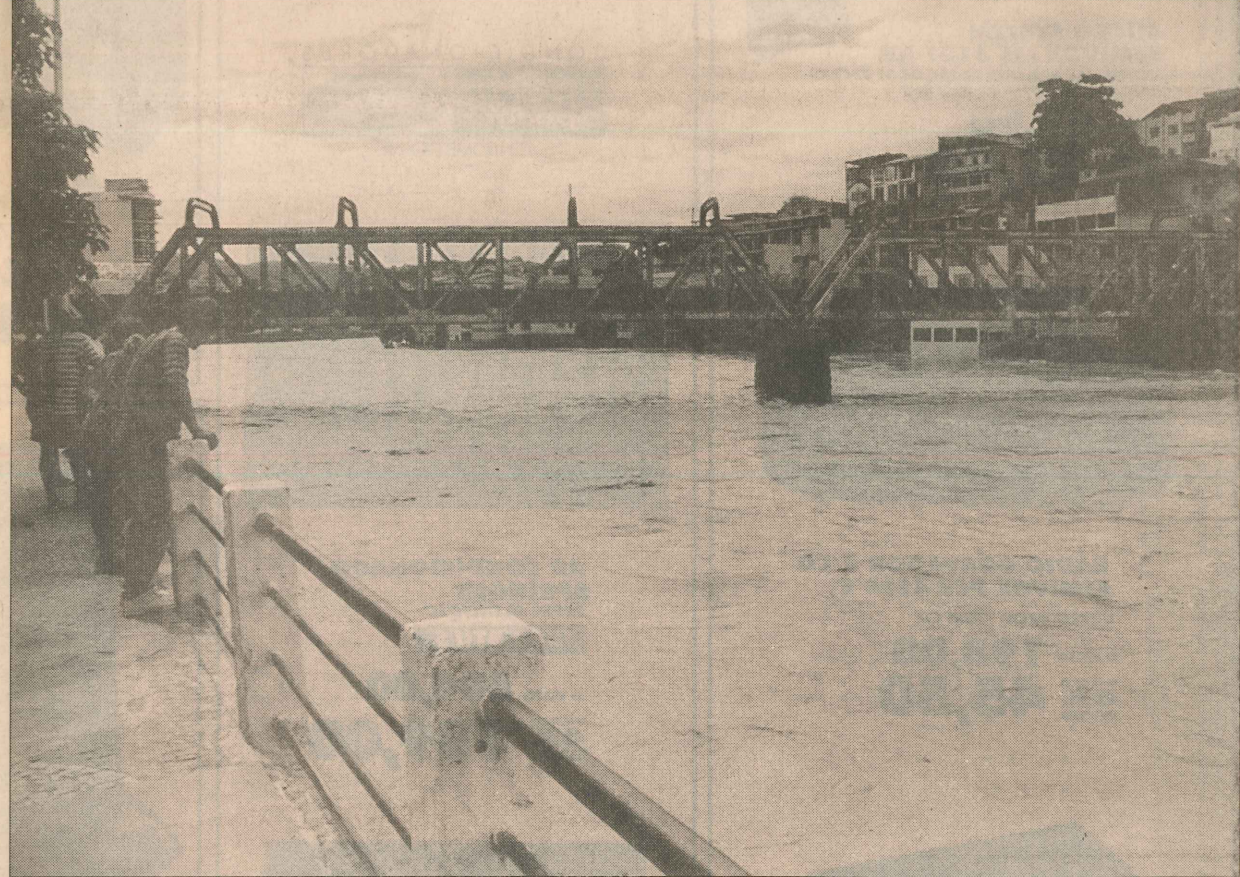
chuva forte. Sua casa está abaixo de uma grande pedra, próximo da escadaria Rubens Santana. No último mês de novembro, a pedra teria se movido, após uma dessas chuvas, e obrigou Laurita e os netos a ficarem alguns dias na casa de uma irmã, em Vila Velha. Seus filhos, no entanto, se recusaram a abandonar a casa. A PMV vem fazendo um trabalho de contenção da pedra do Morro do Horto e Laurita festeja a obra, como a garantia, mais de 30 anos depois, de sono tranquilo daqui para frente.

## Enchente de 79 não gerou ações

Linhares (Sucursal) – No início de fevereiro de 1979 o Espírito Santo acompanhou com apreensão o drama vivido pela população de Linhares e dos demais municípios cortados pelo Rio Doce ou seus afluentes. A maior enchente de que se tem notícia na região provocou mortes e deixou centenas de famílias desabrigadas, obrigando a Marinha e a Força Aérea Brasileira, além de outros órgãos, a realizarem operações de buscas na região, visando resgatar comunidades inteiras que estavam ilhadas. Mas apesar da tragédia que atingiu parte da população, nenhuma medida concreta foi adotada para afastar o risco a que são submetidas as comunidades ribeirinhas.

Muito pelo contrário, conforme observa o geólogo Vagner da Silva Andrade, assessor técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Linhares. Segundo ele, o processo de assoreamento do Rio Doce e seus afluentes se agravou e as consequências de uma enchente são imprevisíveis já que, conforme destacou, não existe nenhum tipo de levantamento avaliando as condições de moradia das comunidades ribeirinhas no município.

A última investida no sentido de proteger o Rio Doce do assoreamento aconteceu em 1994, quando um grupo de ecologistas desceu da cabeceira do rio até Regência.



Em Cachoeiro, construções que avançam até dentro do leito do rio Itapemirim são inundadas em época de cheia

## Encostas preocupam em Colatina

Colatina (Sucursal) – A topografia desta cidade acabou provocando a construção de grande parte de moradias em áreas de risco, obrigando a prefeitura a realizar muitas obras nas encostas. As chuvas de verão sempre representam preocupação para quem mora nos morros, especialmente quem mora em barraco. O Corpo de Bombeiros detectou pontos vulneráveis por toda a cidade, em razão da declividade existente. Existem famílias morando em verdadeiras armadilhas.

O comandante do Corpo de Bombeiros, capitão PM Aldoete Guedes Santana, lamenta a excessiva tolerância com construções em locais indevidos. “Isso aqui é uma terra de compadres”, disse, advertindo que uma chuva forte pode provocar uma tragédia. Ele apontou pontos críticos nos bairros São Marcos, Airton Senna, Simonassi, Morro do Cristo, além de outros.

### Invasões

As invasões se constituem num verdadeiro transtorno para a prefeitura, pois as edificações são feitas

sem o mínimo de segurança. Os loteamentos irregulares também contribuíram nos últimos anos para deixar dezenas de famílias morando perigosamente. “Hoje está um pouco melhor. Mesmo assim carece de um esforço grande para evitar que famílias habitem em pontos que não passam de armadilhas”, avaliou o secretário de Obras e Transportes da prefeitura, Romário de Castro.

Ele admitiu que existem hoje entre 10 a 15% de áreas de risco, mas a Prefeitura vem executando obras nas encostas para dar mais segurança às famílias. Castro salientou que Colatina tem uma topografia que não favorece a construção de moradias. “É uma cidade cercada por morros. Desde que surgiu, não houve jeito para buscar terrenos planos. Criou-se com isso um problema para a Prefeitura, obrigando-a a executar muitas obras para impedir tragédias.

Romário de Castro disse que as chuvas de verão não deixaram muitos danos nos chamados pontos críticos. Apenas a tempestade de granizo acompanhada de fortes ventos, no dia 22 de outubro, provocou destruição. Para ele, o surgimento de loteamentos

sem a devida urbanização é algo perigoso, assegurando que a fiscalização da PMC é falha. Exemplo disso pode ser constatado nos bairros Airton Senna, São Marcos e Simonassi.

“Francamente, a Prefeitura não está omissa quanto a áreas de risco. Temos realizado muitas obras, muitas delas em parceria com a comunidade. No Bairro Operário, a comunidade está ajudando na construção de um muro de contenção. Executar esses serviços significam investimentos altos”, justificou o secretário de Obras e Transportes. Ele frisou que as invasões diminuíram e as áreas de riscos já não são como antigamente, um cenário com prenúncio de tragédias.

O assoreamento dos rios que cortam as cidades no Norte do Estado é a marca do perigo. Marilândia, Pancas, Barra de São Francisco, São Domingos do Norte já foram atingidas por inundações repentinas, deixando desabrigados e rastros de destruição. As prefeituras nem sempre se preocupam na execução de serviços que possam evitar tais transtornos. A permissão de edificações em áreas próximas a mananciais significa um convite para conviver com o perigo.

**Planejamento** – A falta de planejamento das prefeituras municipais é apontada pelo coordenador da Defesa Civil Estadual, coronel da Polícia Militar Nacif dos Santos Alcure, como fator principal das situações de calamidade que a maioria das cidades do Estado enfrenta nos períodos de chuvas mais intensas.

As prefeituras – e esse é um problema que atravessa várias administrações – segundo ele, acabaram permitindo a construção de casas muito próximas às margens dos rios, por falta de uma lei orgânica que regulamente a ocupação do solo. Além disso, o coordenador estadual explica que no Espírito Santo só existem três municípios com Defesa Civil ativa-

das, na prática, e apenas a de Vitória funcionando bem. Os outros seriam, de acordo com o coronel Nacif, Alegre e Colatina. Para o coronel Nacif, a efetivação das Comissões Municipais de Defesa Civil (Condecis) é fundamental para prevenir essas situações de emergência, ajudando aos municípios a identificar os pontos de risco e apontando soluções.